

de doutorado ao abrigo do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, e legislação complementar, retifica-se que onde se lê:

«15.5.1.b Contribuição para o desenvolvimento e evolução dos temas dos padrões de atividade física e comportamento sedentário no ciclo de vida e do impacto destes padrões na saúde das populações, no âmbito da área científica de Motricidade Humana — Atividade Física e Saúde;

[...]

15.5.1.d Contribuição para o desenvolvimento e evolução dos temas dos padrões de atividade física e comportamento sedentários na saúde das populações no âmbito da área científica da epidemiologia da atividade física, com especial relevo para a interação destes dois comportamentos e a definição das métricas da duração e frequência das interrupções do tempo sedentário;»

deve ler-se:

«15.5.1.b Contribuição para o desenvolvimento e evolução dos temas dos padrões de atividade física e comportamento sedentário no ciclo de vida e do impacto destes padrões na saúde das populações, no âmbito da área científica a que corresponde a abertura do presente concurso.

[...]

15.5.1.d Contribuição para o desenvolvimento e evolução dos temas dos padrões de atividade física e comportamento sedentários na saúde das populações no âmbito da área da epidemiologia da atividade física, com especial relevo para a interação destes dois comportamentos e a definição das métricas da duração e frequência das interrupções do tempo sedentário;»

Onde se lê:

«26 — A celebração do contrato decorrente do presente procedimento está condicionada à aceitação dos encargos dele decorrentes como elegíveis para financiamento, por parte da FCT, e da celebração da respetiva adenda ao contrato programa celebrado entre a IC e a FCT.»

deve ler-se:

«26 — A celebração do contrato decorrente do presente procedimento está condicionada à aceitação dos encargos dele decorrentes como elegíveis para financiamento, por parte da FCT, e da celebração da respetiva adenda ao contrato-programa celebrado entre a Faculdade de Motricidade Humana e a FCT.»

29 de agosto de 2018. — O Presidente da FMH, *Prof. Doutor Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha*.

311619389

Declaração de Retificação n.º 660/2018

Por ter sido publicado com inexatidão o Aviso n.º 12567/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de agosto de 2018, da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, referente à abertura de procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de doutorado ao abrigo do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho e legislação complementar, retifica-se que onde se lê:

«26 — A celebração do contrato decorrente do presente procedimento, está condicionada à aceitação dos encargos dele decorrentes como elegíveis para financiamento, por parte da FCT, e da celebração da respetiva adenda ao contrato programa celebrado entre a IC e a FCT.»

deve ler-se:

«26 — A celebração do contrato decorrente do presente procedimento, está condicionada à aceitação dos encargos dele decorrentes como elegíveis para financiamento, por parte da FCT, e da celebração da respetiva adenda ao contrato programa celebrado entre a Faculdade de Motricidade Humana e a FCT.»

31 de agosto de 2018. — O Presidente da FMH, *Prof. Doutor Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha*.

311624523

Declaração de Retificação n.º 661/2018

Por ter sido publicado com inexatidão o Aviso n.º 12566/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31 de agosto de 2018, da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, referente à abertura

de procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de doutorado ao abrigo do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, e legislação complementar, retifica-se que onde se lê:

«15.5.1.b contribuição para o desenvolvimento e evolução dos temas de diagnóstico, avaliação e previsão do treino desportivo, no âmbito da área científica Motricidade Humana — Treino Desportivo;»

deve ler-se:

«15.5.1.b contribuição para o desenvolvimento e evolução dos temas de diagnóstico, avaliação e previsão do desempenho, no âmbito da área científica a que corresponde a abertura do presente concurso;»

Onde se lê:

«26 — A celebração do contrato decorrente do presente procedimento, está condicionada à aceitação dos encargos dele decorrentes como elegíveis para financiamento, por parte da FCT, e da celebração da respetiva adenda ao contrato programa celebrado entre a IC e a FCT.»

deve ler-se:

«26 — A celebração do contrato decorrente do presente procedimento está condicionada à aceitação dos encargos dele decorrentes como elegíveis para financiamento, por parte da FCT, e da celebração da respetiva adenda ao contrato-programa celebrado entre a Faculdade de Motricidade Humana e a FCT.»

31 de agosto de 2018. — O Presidente da FMH, *Prof. Doutor Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha*.

311624442

Despacho n.º 8720/2018

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2005, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foram reconduzidas para o exercício das funções de secretariado de direção da Presidência da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, as Técnicas Superiores Maria Teresa Basto Forjaz Secca e Maria Teresa Fernandes Souto Romana Vargas, com efeitos a partir do dia 24 de julho de 2018, tendo as mesmas direito ao montante pecuniário do suplemento remuneratório pelo exercício das funções fixado pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

31 de julho de 2018. — O Presidente da FMH, *Prof. Doutor Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha*.

311620562

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Declaração de Retificação n.º 662/2018

Por ter sido publicado com inexatidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 22 de agosto de 2018, o aviso n.º 11970/2018, retifica-se o seguinte:

Onde se lê:

«9.2 — A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas no ponto 8 para admissão a este concurso, nomeadamente:

- a) Cópia de certificado ou diploma;
- b) Tese de doutoramento ou documento(s) equivalente que determinou a outorga deste grau académico;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, e estruturado de acordo com os itens dos pontos 13 e 15, devendo ser assinalados, com junção de cópia, os trabalhos que o candidato considera mais relevantes para cada um dos itens dos pontos 13 e 15;
- d) Projeto científico, que incida sobre Modelos de intervenção pública no espaço informal em cidades de língua portuguesa;
- e) Outros documentos que o candidato justifique serem pertinentes para a análise da sua candidatura.

9.3 — Os(as) candidatos(as) remetem os documentos referidos em 9.1 e em 9.2, em formato de PDF, para o endereço o de correio eletrónico expedido até ao último dia do prazo de abertura do concurso, o qual se fixa em 30 dias úteis após publicação deste Aviso no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público e nos sítios na internet da instituição contratante e da FCT, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa. Pode um(a) candidato(a), com fundamento na impossibilidade ou dificuldade técnica no envio por correio eletrónico de algum dos

documentos referidos em 9.1 e em 9.2, entregá-los em suporte físico, respeitando a data atrás referida, por correio registado com aviso de receção para o endereço postal Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, com menção no exterior do envelope: 'Procedimento Concursal para Contratação de Doutoramento (a) a que se refere o Aviso n.º ...', ou por mão própria na Unidade de Recursos Humanos do IGOT-Ulissboa no seguinte horário: das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16:00. Não sendo aceite a justificação do(a) candidato(a) para a entrega de documentos apenas em suporte físico, é-lhe concedido pela Presidente do Júri um prazo de 5 dias úteis para os apresentar também em suporte digital.»

deve ler-se:

«9.2 — A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas no ponto 8 para admissão a este concurso, nomeadamente:

- a) Cópia de certificado ou diploma;
- b) Tese de doutoramento ou documento(s) equivalente que determinou a outorga deste grau académico;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, e estruturado de acordo com os itens dos pontos 13 e 15, devendo ser assinalados, com junção de cópia, os trabalhos que o candidato considera mais relevantes para cada um dos itens dos pontos 13 e 15;
- d) Projeto científico, que incida sobre sobre infraestruturas culturais e turismo nos processos de gentrificação e segregação de cidades;
- e) Outros documentos que o candidato justifique serem pertinentes para a análise da sua candidatura.

9.3 — Os(as) candidatos(as) remetem os documentos referidos em 9.1 e em 9.2, em formato de PDF, para o endereço de correio eletrónico rh@igot.ulisboa.pt expedido até ao último dia do prazo de abertura do concurso, o qual se fixa em 30 dias úteis após publicação deste Aviso no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público e nos sítios na internet da instituição contratante e da FCT, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa. Pode um(a) candidato(a), com fundamento na impossibilidade ou dificuldade técnica no envio por correio eletrónico de algum dos documentos referidos em 9.1 e em 9.2, entregá-los em suporte físico, respeitando a data atrás referida, por correio registado com aviso de receção para o endereço postal Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Edifício IGOT, Rua Branca Edmée Marques, 1600-276 Lisboa, com menção no exterior do envelope: 'Procedimento Concursal para Contratação de Doutoramento (a) a que se refere o Aviso n.º ...', ou por mão própria na Unidade de Recursos Humanos do IGOT-Ulissboa no seguinte horário: das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16:00. Não sendo aceite a justificação do(a) candidato(a) para a entrega de documentos apenas em suporte físico, é-lhe concedido pela Presidente do Júri um prazo de 5 dias úteis para os apresentar também em suporte digital.»

28 de agosto de 2018. — A Presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, *Prof.ª Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca*.

311616278

UNIVERSIDADE DO MINHO

Declaração de Retificação n.º 663/2018

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, 1.º suplemento, de 5 de setembro de 2018, o aviso n.º 12802-M/2018, retifica-se que onde se lê: «nas áreas científicas de Engenharia Biomédica, Biologia, Química, ou área científica afim» deve ler-se: «na(s) área(s) científica(s) de Ciências da Comunicação/Estudos Culturais».

4 de setembro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

311632567

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 8721/2018

A Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH) e o ISCTE-Instituto Uni-

versitário de Lisboa (ISCTE-IUL) ao abrigo dos seus estatutos e em cumprimento do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, conferem em associação o grau de doutor em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, com decisão favorável à acreditação prévia pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e devidamente registado pela Direção-Geral do Ensino Superior sob o n.º R/A-Cr 50/2017, de 8 de junho de 2017.

Os órgãos legal e estatutariamente competentes de ambas as instituições aprovam as presentes normas regulamentares específicas do Doutoramento.

28 de agosto de 2018. — O Diretor, *Professor Doutor Francisco Caramelo*.

Normas regulamentares

Doutoramento FCT em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia (em associação entre a NOVA FCSH e o ISCTE-IUL)

Artigo 1.º

Criação e âmbito

1 — A Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), e o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) conferem em associação o grau de doutor em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia.

2 — Este ciclo de estudos foi acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e registado pela Direção-Geral de Ensino Superior a 8 de junho de 2017 com o n.º R/A-Cr 50/2017.

Artigo 2.º

Coordenação do ciclo de estudos

1 — O Ciclo de Estudos de Doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia é coordenado por uma comissão constituída por:

Um coordenador, docente do curso de Doutoramento da instituição de acolhimento do curso;

Um vice-coordenador, docente do curso da instituição parceira;

Um representante de cada uma das Unidades de Investigação envolvidas no ciclo de estudos.

2 — O coordenador e vice-coordenador são nomeados pelo órgão competente da instituição a que pertencem, ou em quem ele delegue, ouvida a comissão de coordenação do doutoramento, segundo um princípio de rotatividade entre ambas as instituições.

3 — O coordenador é o interlocutor junto dos órgãos competentes de ambas as instituições participantes, para todos os assuntos respeitantes ao bom funcionamento do ciclo de estudos.

4 — Tal como consta do protocolo assinado pelos Reitores das duas Universidades envolvidas, a comissão de coordenação do ciclo de estudos é responsável por:

Garantir a qualidade científica e pedagógica do ciclo de estudos;

Planear o ano letivo e organizar a distribuição de serviço docente;

Propor aos órgãos competentes das Instituições alterações do plano de estudos;

Propor o montante das respetivas propinas aos competentes órgãos institucionais;

Conduzir o processo de fixação e divulgação das vagas do ciclo de estudos, assim como os prazos e locais de apresentação de candidaturas;

Deliberar sobre as candidaturas, avaliações e creditação;

Decidir sobre a aceitação dos projetos de tese do ciclo de estudos;

Propor aos órgãos competentes das Instituições os orientadores/das teses e a constituição dos júris do ciclo de estudos;

Acompanhar a gestão administrativa e financeira do ciclo de estudos.

Cabe ainda à comissão de coordenação do ciclo de estudos a preparação e o acompanhamento dos processos de avaliação/acreditação, nomeadamente junto da A3ES.

5 — A comissão de coordenação do ciclo de estudos deverá enviar duas vezes por ano (no início e no fim de cada ano letivo) um relatório dirigido aos órgãos legalmente competentes das Unidades Orgânicas envolvidas no consórcio, contendo a informação relevante sobre o funcionamento do curso.

6 — As decisões da comissão de coordenação do ciclo de estudos são homologadas pelos órgãos estatutariamente competentes de ambas as instituições.